

Eletrobras é privatizada com oferta de R\$ 33,7 bilhões na Bolsa

A oferta de ações que resultou na privatização da Eletrobras movimentou cerca de R\$ 33,7 bilhões, depois de o preço de cada papel ser definido a R\$ 42 na noite de quinta-feira, 9, segundo fontes de mercado. O ajuste de preço foi alvo de uma intensa disputa entre investidores locais e estrangeiros, que só terminou depois das 20h. A venda da estatal de energia via Bolsa foi o maior movimento de desestatização do País em duas décadas. A fatia do governo e do BNDES no negócio deve cair a cerca de 35%.

O preço de R\$ 42 representou um desconto de 4% em relação ao valor da ação ao fim do pregão de quinta-feira, de R\$ 44. Além de ter sido uma das maiores ofertas de ações em todo o mundo no ano de 2022, a operação da Eletrobras também foi a maior operação na B3, a Bolsa brasileira, desde a megacapitalização da Petrobras, em 2012, que movimentou R\$ 100 bilhões.

Grandes investidores marcaram presença na operação, entre eles o fundo 3G Capital - dos fundadores da Ambev - e banco Clássico, de José Abdalla Filho, que também é um relevante acionista da Petrobras. A demanda total, considerados todos os tipos de investidores teria superado R\$ 70 bilhões.

Mas a oferta da Eletrobras teve um empurrão importante da possibilidade de uso de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações. Foi a primeira vez em cerca de 20 anos que o trabalhador brasileiro teve essa oportunidade. Antes, isso ocorreu com papéis da Vale e da Petrobras.

Diante da oportunidade, a demanda foi alta: cerca de 350 mil pessoas reservaram ações da companhia. O teto para uso do FGTS era de R\$ 6 bilhões, mas a demanda ficou em R\$ 9 bilhões, ou 50% a mais. Por essa razão, deverá haver uma redução em relação aos valores reservados por trabalhadores.

O investidor que fez uso de seu FGTS para entrar na oferta não poderá se desfazer do investimento por um prazo de no mínimo 12 meses - exceto em alguns casos, como o de demissão sem justa causa.

De olho em ganhos de eficiência

Em relação à privatização da companhia, um dos primeiros passos esperados por fontes de mercado ouvidas pelo Estadão é a troca de executivos da companhia e também do conselho de administração. Com a redução de sua participação, o governo terá menos assentos no colegiado, abrindo espaço para que fundos de investimento indiquem seus representantes.

A partir dessa mudança, o novo conselho deverá fazer uma mudança geral no quadro administrativo da empresa, incluindo todo o alto escalão.

Analistas do setor acreditam que a empresa poderá ter mais fôlego para investir, incluindo em fontes de energia renováveis. "A Eletrobras terá exatamente o mesmo modelo de governança que já foi testado em outras privatizações do setor elétrico na Europa.

A disponibilidade de caixa e o uso do mercado de capitais para novas captações vão permitir novos planos de investimento que são essenciais no segmento", aponta **Fabio** Coelho, **presidente** da Amec, associação que representa mais de 60 investidores, entre locais e estrangeiros, que têm investimento de mais de R\$ 700 bilhões na Bolsa brasileira.

Segundo Coelho, um dos pontos relevantes na "nova Eletrobras" será uma maior agilidade na tomada de decisão. "É importante ressaltar que o governo continuará sendo o maior acionista individual, e que, portanto, terá acesso a maior porcentual dos lucros esperados, justificando, assim, o interesse público na

Continuação: Eletrobras é privatizada com oferta de R\$ 33,7 bilhões na Bolsa

operação", comenta.

Mais próxima do setor privado

Sócio do M3BS Advogados e especialista em negócios públicos, Lucas Miglioli afirma que, com a privatização, a Eletrobras deve se tornar mais eficiente. "Tornando sua burocracia mais compatível com a do setor privado, terá mais agilidade para enfrentar um cenário cada vez mais competitivo e ávido por novas tecnologias", disse. "A expectativa é de que, ao deixar de ser controlada pela União, a Eletrobras deixe de atuar como mera operadora e ganhe

protagonismo no setor."

Para o público em geral, uma das expectativas é de que a conta de luz fique mais barata, mas pode não ser bem assim. Sócio do PMMF Advogados e especialista em direito público, Ulisses Penachio lembra que apenas parte do novo capital - aquele destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - poderá gerar alguma redução nas tarifas. "A médio e longo prazo, o impacto da privatização na tarifa tende a ser neutro", aponta.